

Coleção
PERSPECTIVAS DO HOMEM
Volume 38-A
Série Economia

Direção de MOACYR FELIX

KARL MARX

O Capital

CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

Livro Primeiro

O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CAPITAL

Volume II

6ª EDIÇÃO

Tradução de
REGINALDO SANT'ANNA

civilização
brasileira

CAPÍTULO XIV

Mais Valia Absoluta e Mais Valia Relativa

N^O CAPÍTULO V, estudamos o processo de trabalho em abstrato, independentemente de suas formas históricas, como um processo entre o homem e a natureza. Dissemos: "Observando-se todo o processo do ponto de vista do resultado, do produto, evidencia-se que meio e objeto de trabalho são meios de produção, e o trabalho é trabalho produtivo". Na nota 7, acrescentamos: "Essa conceituação de trabalho produtivo, derivada apenas do processo de trabalho, não é de modo nenhum adequada ao processo de produção capitalista". Mais algumas observações sobre o assunto.

Enquanto o processo de trabalho é puramente individual, um único trabalhador exerce todas as funções que mais tarde se dis-

sociam. Ao apropriar-se individualmente de objetos naturais para prover sua vida, é ele quem controla a si mesmo; mais tarde, ficará sob contróle de outrem. O homem isolado não pode atuar sobre a natureza, sem pôr em ação seus músculos sob o contróle de seu cérebro. Fisiològicamente, cabeça e mãos são partes de um sistema; do mesmo modo, o processo de trabalho conjuga o trabalho do cérebro e o das mãos. Mais tarde se separam e acabam por se tornar hostilmente contrários. O produto deixa de ser o resultado imediato da atividade do produtor individual para tornar-se produto social, comum, de um trabalhador coletivo, isto é, de uma combinação de trabalhadores, podendo ser direta ou indireta a participação de cada um dêles na manipulação do objeto sobre que incide o trabalho. A conceituação do trabalho produtivo e de seu executor, o trabalhador produtivo, amplia-se em virtude dêsse caráter cooperativo do processo de trabalho. Para trabalhar produtivamente não é mais necessário executar uma tarefa de manipulação do objeto de trabalho; basta ser órgão do trabalhador coletivo, exercendo qualquer uma das suas funções fracionárias. A conceituação anterior de trabalho produtivo, derivada da natureza da produção material, continua válida para o trabalhador coletivo, considerado em conjunto. Mas não se aplica mais a cada um de seus membros, individualmente considerados.

Ademais, restringe-se o conceito de trabalho produtivo. A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem de produzir mais valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais valia para o capitalista, servindo assim à auto-expansão do capital. Utilizando um exemplo fora da esfera da produção material: um mestre-escola é um trabalhador produtivo quando trabalha não só para desenvolver a mente das crianças, mas também para enriquecer o dono da escola. Que este inverta seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa de fazer salsicha, em nada modifica a situação. O conceito de trabalho produtivo não compreende apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, de origem histórica, que faz do trabalhador o instrumento direto de criar mais valia. Ser trabalhador produtivo não é nenhuma felicidade, mas azar. No livro quarto, que trata da história da teoria, veremos mais claramente que a economia políti-

ca clássica sempre fêz da produção da mais valia a característica marcante do trabalhador produtivo. Por isso, sua definição de trabalhador produtivo varia com sua concepção da natureza da mais valia. Assim, os fisiocratas sustentam que só o trabalho agrícola é produtivo, porque só ele cria mais valia. Para os fisiocratas só existe mais valia sob a forma de renda da terra.

A produção da mais valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital dêsse trabalho excedente. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida da produção da mais valia relativa. Esta pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. Para prolongar o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzir-se em menos tempo o equivalente ao salário. A produção da mais valia absoluta gira exclusivamente em tórno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais.

A produção da mais valia relativa pressupõe, portanto, um modo de produção especificamente capitalista, que, com seus métodos, meios e condições, surge e se desenvolve, de início, na base da subordinação formal do trabalho ao capital. No curso dêsse desenvolvimento, essa subordinação formal é substituída pela sujeição real do trabalho ao capital.

Indicaremos, de passagem, formas intermediárias em que o trabalho excedente não é extorquido por coação direta ao produtor, ainda não estando este formalmente sujeito ao capital. Nessas formas, o capital ainda não se apossou diretamente do processo de trabalho. Ao lado dos produtores independentes, que exercem seus ofícios ou lavram a terra com métodos tradicionais e antigos, encontramos o usurário ou comerciante, o capital usurário ou o capital comercial, que os suga parasitariamente. A predominância dessa forma de exploração numa sociedade exclui o modo capitalista de produção, para o qual pode servir de transição como ocorreu nos fins da Idade Média. Finalmente, como é o caso do trabalho a domicílio moderno, certas formas intermediárias se reproduzem dispersamente na retarguada da grande indústria mecanizada, embora com fisionomia totalmente modificada.

Basta, para a produção da mais valia absoluta, a subordinação meramente formal do trabalho ao capital: os artesãos, por exemplo, que trabalhavam antes para si mesmos ou como oficiais de um mestre, ficam, como assalariados, sob o controle direto do capitalista. Por outro lado, vimos como os métodos para produzir mais valia relativa são ao mesmo tempo métodos para produzir mais valia absoluta. E mais, o prolongamento desmedido da jornada de trabalho revelou-se o produto mais genuíno da grande indústria mecanizada. Em substância, o modo de produção especificamente capitalista cessa de ser mero meio de produzir mais valia relativa, logo que se apossa de todo um ramo de produção e mais ainda depois que conquista todos os ramos decisivos da produção. Ele se torna então a forma geral, socialmente dominante do processo de produção. Como método especial de produzir mais valia relativa só opera, em sua propagação, ao apossar-se de indústrias até então apenas formalmente subordinadas ao capital, e quando revoluciona continuamente, com novos métodos de produção, as indústrias que já estão sob seu domínio.

Sob certo ponto de vista, parece ilusória a diferença entre mais valia absoluta e mais valia relativa. A mais valia relativa é absoluta por exigir a prolongação absoluta da jornada de trabalho além do tempo necessário à existência do trabalhador. A mais valia absoluta é relativa por exigir um desenvolvimento da produtividade do trabalho que permita reduzir o tempo de trabalho necessário a uma parte da jornada de trabalho. Mas, quando focalizamos o movimento da mais valia, desvanece essa aparência de identidade. Assim que se estabelece o modo de produção capitalista e se torna o modo geral de produção, sente-se a diferença entre a mais valia absoluta e a mais valia relativa, quando o problema é elevar a taxa da mais valia. Admitindo que a força de trabalho seja paga pelo seu valor, ficamos com a alternativa: dados a produtividade do trabalho e seu grau normal de intensidade, só é possível elevar a taxa da mais valia com o prolongamento absoluto da jornada de trabalho; dada a duração da jornada de trabalho, só é possível elevar a taxa da mais valia variando relativamente as magnitudes das suas partes componentes, o trabalho necessário e o trabalho excedente, o que pressupõe (admitida a hipótese de que o salário não deve cair abaixo do valor da força de trabalho) variação da produtividade ou da intensidade do trabalho.

Se o trabalhador precisa de todo o seu tempo, a fim de produzir os meios de subsistência necessários para sua manutenção e de seus dependentes, não lhe restará tempo nenhum a fim de trabalhar gratuitamente para outra pessoa. Se não se atinge certo grau de produtividade do trabalho, não sobra tempo ao trabalhador para produzir além da subsistência; sem esse tempo de sobra, não haveria capitalista, nem donos de escravos, nem barões feudais, em suma, nenhuma classe de grandes proprietários.¹

Só se pode falar de uma base natural da mais valia no sentido muito geral de que não há nenhum obstáculo natural absoluto que impeça uma pessoa de transferir o trabalho necessário à própria existência para outra pessoa, do mesmo modo que não existe um obstáculo natural absoluto que impeça um ser humano de repastar-se com a carne de seu semelhante.^{1a} Não há nenhuma razão, como se faz às vezes para relacionar com idéias místicas essa produtividade do trabalho que se desenvolve naturalmente. Só depois que os homens ultrapassam sua primitiva condição animal, e socializam até certo ponto seu próprio trabalho, é que surgem condições em que o trabalho excedente de um se torna condição de existência de outro. Nos primórdios da civilização são pequenas as forças produtivas do trabalho adquiridas, mas também são reduzidas as necessidades que se desenvolvem com os meios de satisfazê-las e através delas. Além disso, naqueles primórdios, é ínfima a proporção dos indivíduos do setor social que vive do trabalho alheio, comparada com a massa dos produtores diretos. Com o progresso da força produtiva social do trabalho, essa proporção cresce absoluta e relativamente.² O sistema capitalista surge sobre um terreno econômico que é o resultado de um longo processo de desenvolvimento. A produtividade

¹ "A simples existência dos patrões capitalistas, como uma classe distinta, decorre da produtividade de trabalho" (Ramsay, l. c., p. 206). "Se o trabalho de cada ser humano fôsse apenas suficiente para produzir seus próprios alimentos, não haveria nenhuma propriedade" (Ravenstone, l. c., p. 14).

^{1a} Segundo estimativa recentemente feita, vivem nas regiões da terra já exploradas, pelo menos, quatro milhões de canibais.

² "Entre os índios selvagens da América quase tudo pertence ao trabalhador, que recebe 99% do produto de seu trabalho. Na Inglaterra,

²
o trabalhador talvez não chegue a receber $\frac{1}{3}$ " ("The Advantages
³
of the East India Trade etc.", págs. 72 e 73).

do trabalho que encontra e que lhe serve de ponto de partida é uma dádiva não da natureza mas de uma história que abrange milhares de séculos.

Pondo de lado a estrutura mais ou menos desenvolvida da produção social, a produtividade do trabalho depende de condições naturais. Essas condições podem se referir à própria natureza do homem, como raça etc., ou à natureza que o cerca. As condições naturais externas se distinguem economicamente em duas grandes classes: riquezas naturais de meios de subsistência, isto é, solo fértil, águas piscosas etc. e riquezas naturais de meios de trabalho, a saber, quedas d'água, rios navegáveis, madeira, metais, carvão etc. Nos primórdios da civilização, o papel decisivo cabe à primeira espécie de riquezas naturais; nos estágios de desenvolvimento superiores, à segunda espécie. Compare-se, por exemplo, a Inglaterra com a Índia, ou, na antiguidade, Atenas e Corinto com as populações da costa do Mar Negro.

Quanto menor o número das necessidades naturais que é imperativo satisfazer e quanto maior a fertilidade natural do solo e a excelência do clima, tanto menor o tempo de trabalho necessário para manter e reproduzir o produtor. Em consequência pode ser maior o trabalho adicional que realiza para outro em relação ao trabalho que realiza para si mesmo. Diodoro já observava a respeito dos antigos egípcios:

“É inacreditável quão pouco esforço e despesas exige a criação dos filhos. Preparam para eles alimentos bons, simples, facilmente dispensáveis; dão-lhes para comer a parte inferior do papiro, desde que possam assá-la ao fogo e as raízes e caules das plantas dos charcos, cruas, cozidas ou assadas. As crianças, em sua maioria, andam descalças e nuas, pois o clima é muito ameno. Por isso, um filho, até ficar adulto, não custa aos pais mais de 20 dracmas. É isto principalmente que explica por que a população do Egito é tão numerosa, razão pela qual se podem construir obras tão grandiosas”.³

Contudo, as grandes construções do Egito antigo se devem menos à densidade da população do que à grande proporção em que se podia dispor dela. O trabalhador individual pode fornecer

³ Diodoro, l. c., l. I, cap. 80.

tanto mais trabalho excedente quanto menor for seu tempo de trabalho necessário; do mesmo modo, quanto menor for a parte da população exigida para a produção dos meios de subsistência necessários, tanto maior sua parte disponível para outros empreendimentos.

Admitida a produção capitalista, não se alterando as demais condições e dada a duração da jornada de trabalho, a magnitude do trabalho excedente variará com as condições naturais do trabalho, especialmente com a fertilidade do solo. Mas, não se segue daí que o solo mais fértil seja o mais adequado para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Esse modo pressupõe o domínio do homem sobre a natureza. Uma natureza excessivamente pródiga “mantém o homem preso a ela como uma criança sustentada por andadeiras”. Ela não lhe impõe a necessidade de desenvolver-se.⁴ A pátria do capital não é o clima tropical com sua vegetação exuberante, mas a zona temperada. Não é a fertilidade absoluta do solo, mas sua diferenciação e a variedade de seus produtos naturais que constituem a base física da divisão social do trabalho e que incitam o homem, com a diversidade das condições naturais em que vive, a multiplicar suas necessidades, aptidões, instrumentos e métodos de trabalho. A necessidade de controlar socialmente uma força natural, de utilizá-la, de apropriar-se dela ou domá-la por meio de obras em grande escala feitas pelo homem, desempenha o papel mais decisivo na história da indústria. É o que se verifica, por exemplo, com as obras para

⁴ “Sendo a primeira” (a riqueza natural) “mais nobre e vantajosa, torna a população descuidada, orgulhosa e dada a todos os excessos; enquanto a segunda desenvolve a vigilância, a literatura, as artes e a prudência política” (England's Treasure by Foreign Trade. Or the Balance of our Foreign Trade is the Rule of our Treasure. Written by Thomas Mun, of London, Merchant, and now published for the common good by his son John Mun, Londres, 1669, págs. 181 e 182). “Não poderia imaginar maior desgraça para um povo do que habitar uma região em que a produção dos meios de subsistência e de alimentação seja em grande parte espontânea e onde o clima exija ou admita poucos cuidados com relação a vestuário e teto... O mesmo inconveniente pode decorrer do extremo oposto. Um solo que apesar do trabalho nada produz, é tão ruim como um solo que sem trabalho produza abundantemente” ([N. Forster,] “An Inquiry into the Present High Price of Provisions”, Londres, 1767, p. 10).

regular as águas no Egito,⁵ na Lombardia, Holanda etc.: ou na Índia, Pérsia etc., onde a irrigação por meio dos canais artificiais não só proporciona a água indispensável ao cultivo do solo, mas deposita nêlo, com a lama que a água traz das montanhas, adubos minerais. O segrêdo do florescimento industrial da Espanha e da Sicília, sob o domínio árabe, estava nas obras de irrigação.⁶

As condições naturais favoráveis criam apenas a possibilidade mas nunca a realidade do trabalho excedente e, conseqüentemente, da mais valia ou do produto excedente. Em virtude da diversidade das condições naturais do trabalho, a mesma quantidade de trabalho satisfaz em diferentes países quantidade diversa de necessidade,⁷ e, portanto, em circunstâncias análogas sob outros aspectos, difere o tempo de trabalho necessário. As condições naturais não têm outro efeito sôbre o trabalho excedente que o de estabelecer um limite natural, de determinar o ponto em que

⁵ A necessidade de calcular os períodos das cheias do Nilo criou a astronomia egípcia e com ela o domínio da classe sacerdotal como orientadora da agricultura. "O solstício é a época do ano em que começa a cheia do Nilo e por isso é a que os egípcios tinham de observar com a maior atenção... Era êsse ano tropical que tinham de fixar para se orientarem em suas operações agrícolas. Tinham por isso de procurar no céu um sinal visível de sua volta" (Cuvier, "Discours sur les révolutions du globe", ed. Hoefer, Paris, 1863, p. 141).

⁶ O regime de adução das águas na Índia era uma das bases materiais do poder do estado sôbre os pequenos organismos de produção, entre si desconexos. Os dominadores maometanos compreenderam isso melhor que seus sucessores ingleses. Lembramos a propósito a epidemia de fome de 1866, a qual custou a vida a mais de um milhão de hindus, no distrito de Orissa, em Bengala.

⁷ "Não há dois países que forneçam igual número de bens necessários à vida, com igual abundância, empregando igual quantidade de trabalho. As necessidades do homem aumentam ou diminuem de acôrdo com a severidade ou amenidade do clima em que vive; em conseqüência não pode ser igual a quantidade de trabalho que os habitantes dos diferentes países têm necessariamente de executar, e só se pode avaliar o grau em que varia essa quantidade por meio dos graus da temperatura. Por isso, pode-se concluir de modo geral que a quantidade de trabalho necessário ao sustento de certo número de pessoas é maior nos climas frios do que nos quentes; naqueles, os seres humanos precisam de mais vestuário e o solo tem de ser melhor cultivado do que nestes" ("An Essay on the Governing Causes of the Natural Rate of Interest", Londres, 1750, p. 59). O autor dêsse notável trabalho anônimo é J. Massie. Hume tirou dêle sua teoria dos juros.

pode começar o trabalho para outrem. Na mesma proporção em que a indústria avança, retrocede êsse limite natural. Na sociedade européia ocidental em que o trabalhador só adquire o direito de trabalhar para seu próprio sustento, fornecendo trabalho excedente, imagina-se facilmente que é uma propriedade inata do trabalho humano proporcionar um produto excedente.⁸ Mas, tomemos, por exemplo, o habitante das ilhas orientais do arquipélago asiático onde o sagüeiro cresce selvagem na floresta.

"Quando os habitantes, furando a árvore, se convencem de que a medula está madura, derrubam o tronco e dividem-no em vários pedaços, extraíndo a medula que é misturada com água e coada; obtém-se assim sagu pronto para ser usado. Uma árvore fornece comumente 300 libras-pêso, havendo casos de 500 a 600 libras-pêso. Lá, o homem vai à floresta e corta seu pão como nós aqui cortamos lenha".⁹

Suponhamos que êsse cortador de pão da Ásia Oriental precise de 12 horas de trabalho por semana para satisfazer tôdas as suas necessidades. O que a natureza favorável lhe proporciona diretamente é muito tempo ocioso. A fim de utilizá-lo produtivamente para si mesmo é mister tôda uma série de circunstâncias históricas, e a fim de empregá-lo em trabalho excedente para outrem, é indispensável coação externa. Se fôsse introduzida a produção capitalista, teria nosso herói de trabalhar talvez 6 dias na semana, a fim de apropriar-se do produto de 1 dia de trabalho. A natureza favorável não explica por que estaria êle trabalhando então 6 dias por semana ou por que estaria fornecendo 5 dias de trabalho excedente. Ela apenas explica o motivo por que seu tempo de trabalho necessário se reduz a 1 dia por semana. De modo nenhum, entretanto, seu produto excedente se originaria de uma qualidade oculta, inata ao trabalho humano.

As fôrças produtivas naturais do trabalho, do mesmo modo que suas fôrças produtivas sociais, historicamente desenvolvidas, parecem ser fôrças produtivas do capital ao qual o trabalho se incorpora.

⁸ "Todo trabalho deve" (isso já parece ser parte dos direitos e deveres do cidadão) "deixar um excedente" (Proudhon).

⁹ F. Schouw, "Die Erde, die Pflanze und der Mensch", 2.^a ed., Leipzig, 1854, p. 148.

Ricardo não se preocupa com a origem da mais valia. Trata-a como coisa inerente ao modo capitalista de produção, o qual é a seus olhos a forma natural da produção social. Quando fala da produtividade do trabalho, não procura nela a causa da existência da mais valia, mas a causa que determina a magnitude dela. Por outro lado, sua escola proclama a produtividade do trabalho a causa geradora do lucro (leia-se mais valia). De qualquer modo, um progresso em relação aos mercantilistas, que derivavam da troca, da venda do produto acima do seu valor, a parte em que o preço excede os custos de produção. Apesar disso, a escola de Ricardo limitou-se também a contornar o problema em vez de resolvê-lo. Esses economistas burgueses, na realidade, sentiam intuitivamente que era perigoso aprofundar demais o problema da origem da mais valia. O que dizer porém de John Stuart Mill que meio século depois de Ricardo solenemente anuncia sua superioridade em relação aos mercantilistas, repetindo mediocrememente os subterfúgios levianos dos primeiros vulgarizadores de Ricardo? Diz Mill:

“A causa do lucro decorre de o trabalho produzir mais do que é necessário para seu sustento”.

Até aí o velho realejo; mas Mill quer acrescentar algo original:

“Ou para mudar a forma da proposição: o motivo por que o capital proporciona um lucro é a duração dos alimentos, roupas, matérias-primas e instrumentos de trabalho, por mais tempo que o necessário para sua produção”.

Ele confunde a duração do trabalho com a duração dos produtos do trabalho. De acordo com esse ponto de vista, o dono de uma padaria, cujos produtos só duram um dia, nunca poderia extrair de seus assalariados o mesmo lucro obtido por um construtor de máquinas, cujos produtos duram 20 anos e mais. É verdade que, se os ninhos não durassem além do tempo necessário para serem construídos, os pássaros teriam de viver sem eles.

Depois de estabelecer essa verdade fundamental, Mill proclama sua superioridade em relação aos mercantilistas:

“Vemos assim que o lucro se origina não do incidente da troca mas da força produtiva do trabalho; os lucros globais de um país são sempre determinados pela força produtiva do trabalho, haja ou não troca. Se não houvesse divisão das ocupações, não haveria nem compra nem venda, mas haveria lucros”.

Para êle, troca, compra e venda, condições gerais da produção capitalista, não passam de mero incidente, e haveria sempre lucros sem compra e venda da força de trabalho.

E mais:

“Se a totalidade dos trabalhadores de um país produz 20% acima da soma de seus salários, os lucros serão de 20%, quaisquer que sejam os preços das mercadorias”.

Sua afirmação não passa de uma perfeita tautologia, pois se os trabalhadores produzem uma mais valia de 20% para o patrão capitalista, o lucro dêste em relação ao salário global dos trabalhadores estará na razão de 20:100. Por outro lado, é absolutamente falso que o lucro seja “de 20%”. Será sempre menor, pois se calcula o lucro em relação à soma de todo o capital desembolsado. Se o capitalista desembolsou, por exemplo, 500 libras esterlinas, das quais 400 em meios de produção, e 100 em salários, e se a taxa de mais valia for de 20%, a taxa de lucro será de 20:500, isto é, de 4% e não de 20%.

O método de Mill tratar as diversas formas históricas de produção social evidencia-se brilhantemente na seguinte passagem:

“Suponho, por toda parte, o presente estado de coisas que prevalece, com poucas exceções, universalmente, a saber, que o capitalista adianta todas as despesas inclusive a remuneração completa do trabalhador”.

Estranha ilusão de ótica, ver por toda parte uma situação que até hoje só existe na terra excepcionalmente. Prossigamos.

Mill admite que "não é uma necessidade absoluta que assim seja".¹ Ao contrário,

"O trabalhador, se tiver em mãos recursos suficientes para seu sustento temporário, poderia esperar mesmo pelo salário por inteiro, até concluir-se a produção. Mas, nesse caso, seria de certo modo um capitalista no negócio, suprindo parte dos fundos necessários para levá-lo avante".

Do mesmo modo, Mill poderia dizer que o trabalhador que adianta a si mesmo não só os meios de subsistência mas também os instrumentos de trabalho é, em realidade, assalariado de si mesmo. Ou que o camponês americano que trabalha na lavoura para si e não para um senhor, é escravo de si mesmo.

Depois de Mill nos ter demonstrado assim luminosamente que a produção capitalista existiria sempre, mesmo quando não existisse, revela-se bastante coerente consigo mesmo para mostrar que ela não existe ainda quando existe:

"E mesmo no caso anterior" (quando o capitalista adianta ao assalariado todos os meios de subsistência), "pode o trabalhador ser visto sob o mesmo ângulo", isto é, como um capitalista, "pois, ao fornecer seu trabalho a preço inferior ao do mercado, pode se considerar que adianta ao patrão a diferença etc."^{9a}

Na realidade, o trabalhador adianta seu trabalho ao capitalista gratuitamente durante uma semana etc., para receber seu preço de mercado no fim da semana etc.; isto o torna, segundo Mill, capitalista. Na planura imensa, montículos de terra parecem colinas: hoje mede-se a mediocridade de nossa burguesia pelo calibre de seus grandes espíritos.

I Em sua carta de 28 de novembro de 1878 a N. F. Danielson, tradutor russo de *O Capital*, propôs Marx para esse trecho a seguinte versão:

O método de Mill tratar as diversas formas históricas de produção social evidencia-se brilhantemente na seguinte passagem: "Suponho," diz ele, "por toda parte, o presente estado de coisas que, onde trabalhadores e capitalistas são classes separadas, prevalece, com poucas exceções, universalmente, a saber, que o capitalista adianta todas as despesas inclusive a remuneração completa do trabalhador." Mill inclina-se a acreditar que não é uma necessidade absoluta que assim seja, mesmo no sistema econômico em que trabalhadores e capitalistas são classes separadas.

^{9a} J. St. Mill, "Principles of Political Economy", Londres, 1868, págs. 252, 253, passim. (As passagens acima foram traduzidas para o alemão de acordo com a edição francesa de "O Capital". — F.E.)